

## ATA SEI



## SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

## ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

01/06/2005  
21 Anos

A Presidência do Conselho Gestor da **APA Serra Dona Francisca**, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, ([Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#)), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo ([Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#)). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental APA Serra Dona Francisca, foi criado por intermédio do ([Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#)), e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, ([Decreto nº 62.982, de 25 de outubro de 2024](#)), e suas alterações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo ([Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#)). As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: [sama.uac@joinville.sc.gov.br](mailto:sama.uac@joinville.sc.gov.br)

**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, realizada em 05/05/2026.**

No quinto dia, do mês de maio, do ano dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e trinta minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no Auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271 - Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. Estiveram Presentes os seguintes Integrantes do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, mandato de 01/01/2026 à 31/12/2027, conforme [Decreto nº 70.060, de 16 de dezembro de 2025](#), e suas atualizações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Gestor da APA; Pryscilla Menarin Dzazio, da SAMA.UGA; Marli Fleith Sacavem, da APROÁgua; Nivaldo Fleith Sacavem, da AMEM Mildau; Ademir Sgrott, da AJM; Miriam Sara Kuchnier, da OAB; Rosângela Moser, da SECULT; Daiane Paul Nunes, da CAJ; Josimar Neumann, da SDE.UDR; Samille Mara Perozin, da SAS; Felipe Romer Batista, da SEHAB; Amimar Zimmermann Poltronieri, da ATERJ; Priscilla Aitelli Vicente de Souza, do IMA; Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga; Sérgio de Oliveira Netto, do GRM; Gabriel Klein Wolfart, do SINDIPEDRAS; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Jairo Machado, da SEPROT; Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE; Jonas Pykocz, da SEINFRA Pirabeiraba, e, Gertrudes Kanzascki, da ACR. Estiveram também presentes: Da SAMA, José Augusto de Souza Neto, Secretário Executivo do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; e Jorge Luis Araújo de Campos; Da APROÁgua, Vanderlei Monteiro; Da SECULT, Dalzemira Anselmo da Silva Souza; Da SDE.UDR, Luiz Carlos Moreira da Maia; Da Associação Quiriri, Marcelo de Oliveira, Romildo Quandt, Alvanete Ersching Quandt, Jean Ricardo da Silva; Da HACASA, Marcelo Nunes; Do SEBRAE, Júlio César da Silva; Da PMA, Marcos Diehl Bueno; Da SAS/CRAS, Cláudia de Borba; Da SEPROT, Giampaolo Barbosa Marchesini; Da CAJ, Patricia Helena Eggert Karnopp; Da Tigrinus, Gilian Rose da Silva; Do Caminhos de Dona Francisca, Roséle W. da Silva, Andressa K. G. Santos; Da AJAAR Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais, Roseli Merkle; Gisely P. de Souza, Advogada; Da Câmara de Vereadores de Joinville, William Avila Moy, e, Bernardo André; Da AMEM Mildau, Nulcemar Maysa Koetz; e Gustavo Paul Nunes, convidado. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação Ata Reunião dia 24/03/2026; **2)** CAJ - IQA/ PSA; **3)** Sebrae - ALI Rural; **4)** SIMGeo - Capacitação; **5)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre: Junho Verde - Plenária Conjunta em 03/06/2025 às 9h30, na ACIJ; Plano Manejo APA, por Josimar; Marli Sacavem: a) Frequência das entidades; b) Grupo de *Wattsapp* da Plenária; c) Desassoreamento pontos críticos rios CUBATÃO e QUIRIRI. **Pauta 1) Aprovação Ata Reunião dia 24/03/2026:** O Presidente Fábio Jovita inicia a reunião saudando à Plenária, e agradece o revigorante café de boas vindas oferecido pela

Companhia Águas de Joinville, representada nesta reunião pelas Conselheiras Daiane Paul Nunes, e Patricia Helena Eggert Karnopp. Na sequência, o Presidente Jovita questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata da Sessão Ordinária do dia 24/03/2026, e se possuíam alguma contribuição ao texto. Não havendo manifestações colocou a Ata em votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos Conselheiros, registrada 01(uma) abstenção. Não havendo demais manifestações, o Presidente Fábio Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) CAJ - IQA/ PSA:** O Presidente Fábio Jovita abre este item e convida a Conselheira Daiane Paul Nunes, da CAJ para apresentação da pauta, a qual cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e inicia sua explanação mencionando o impacto positivo do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), revelando que o valor médio pago aos proprietários em Joinville gira em torno de R\$ 656,90 por hectare. O valor final é variável e meritocrático: quanto mais o proprietário investe na conservação, mantendo a Reserva Legal acima dos 20%, protegendo áreas de preservação permanente (APP) e realizando a limpeza regular de fossas, maior é a remuneração recebida. O programa conta atualmente com 27 proprietários ativos e uma fila crescente de interessados, totalizando 36 pessoas aguardando vistorias técnicas, 18 em fase inicial de conversa e 07, em negociação. No total, o programa monitora uma área de 3.044 hectares, dos quais quase 3 mil são de área verde preservada. Daiane esclareceu um ponto que gera muitas dúvidas: o limite de contratação é de 15 hectares por matrícula de imóvel, e não por CPF. Isso permite que proprietários com múltiplas matrículas possam inscrever diferentes áreas, maximizando seus ganhos, e, cita o caso do produtor Marcelo Baartz, proprietário de uma área de 36 hectares, sendo 33 de área verde, o qual recebeu um benefício total de R\$19.315,31 em apenas uma de suas propriedades. Desse valor, R\$10.015,31 foram depósito direto em conta (PSA) e R\$ 9.300,00 foram convertidos em serviços de limpeza de fossas providenciados pelo programa. A segunda propriedade de Marcelo, uma área com 12 hectares de mata verde totalmente conservados, recebeu R\$ 8.784,00 de PSA, demonstrando que a floresta em pé gera renda direta. O programa celebrou a adesão de novos nomes, como Carlos Emmanuel Carvalho Lopes, e destacou o progresso nas negociações com figuras conhecidas da comunidade, como a produtora Regina Maria Munhoz, e o produtor Valdir, do Recanto Nascentes Divinas que já fazem parte da rede de proteção das águas. Daiane ressaltou que a HACASA Empreendimentos, em uma de suas áreas, de aproximadamente 10 hectares de área verde, recebeu um total de R\$ 8.574,04 sendo o pagamento direto (PSA) de R\$5.474,04 e R\$3.100,00, serviços de limpeza de sistemas de esgoto; na segunda propriedade de 288,65 hectares, percebeu R\$10.372,50 por pagamento de PSA e pela terceira propriedade com 2.532,94 hectares de área verde, recebeu R\$10.980,00 de PSA. Prosseguindo Daiane enfatiza que a Secretaria Executiva está em campo realizando um estudo socioeconômico e ambiental. Até o momento, foram concluídas 403 pesquisas presenciais e 15 *online*. Para vencer a desconfiança dos produtores locais, a equipe criou um material de identificação com fotos e nomes dos técnicos (Lauro, Gleize, Daniela, Jacson e Geyse), garantindo que os moradores saibam exatamente quem está visitando suas terras. Foi apresentado um mapa técnico onde as manchas verdes representam o Rio Cubatão, a vermelha representa o Piraí e a roxa, o Piraí Sul, que delimitam as áreas prioritárias de atuação, mostrando que as pesquisas já cobrem pontos estratégicos de ambos os mananciais. Daiane ressaltou a existência de um entrave sensível: o convênio com a SAMA para o uso de recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente está em análise devido a uma decisão judicial recente. Jovita pontuou que a Prefeitura perdeu uma ação no ano de 2017, que questionava o uso desses fundos para custear atividades administrativas de Secretarias e Fundações. Para não paralisar o programa, foi formalizado um grupo de trabalho com a Procuradoria Geral do Município (PGM) e a Secretaria da Fazenda. O objetivo é encontrar uma saída legal que permita o custeio das atividades do programa sem ferir a decisão judicial sobre o uso das verbas do Fundo. Jovita detalhou uma decisão judicial recente que condenou o município a devolver cerca de R\$2 milhões de reais ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, devido a irregularidades em gestões passadas, quanto ao uso dessas verbas para custos administrativos. Contudo, desde 2021 a estrutura foi reorganizada: agora, custos de manutenção e pessoal são pagos pelo tesouro municipal (Fonte 100), deixando o Fundo exclusivo para ações ambientais diretas. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, indaga se parte dessa quantia a ser devolvida poderia ser destinada à APA; no que Jovita esclareceu que essa é uma decisão de Primeira Instância, cabendo recurso por parte da PGM; despesas como manutenção de prédios e custos operacionais foram transferidas para a "Conta 100" (recursos próprios do tesouro municipal). Isso permitiu que o Fundo Municipal do Meio Ambiente passasse a ser utilizado exclusivamente para ações ambientais diretas, blindando os projetos atuais de novos questionamentos jurídicos. A Procuradoria Geral do Município (PGM) tem a capacidade e a probabilidade de recorrer da decisão, buscando proteger o caixa municipal enquanto os novos convênios são analisados pela Agência Reguladora. Jovita asseverou que já existem programas com objetos específicos na lei orçamentária que permitem o aproveitamento dos recursos para o próximo exercício. Caso seja necessário, o governo fará alterações na LOA de 2027 para viabilizar o custeio administrativo de novos projetos de forma legalmente segura. A atual gestão herdou o passivo jurídico, mas já corrigiu a rota administrativa desde 2021, garantindo que o dinheiro do Fundo chegue ao seu destino final: a preservação e os serviços ambientais da cidade. Prosseguindo com sua apresentação, Daiane informou que nas três captações da cidade, Rio Cubatão, Piraí, e Piraí Sul, os monitoramentos trimestrais e semestrais, respectivamente, foram concluídos com sucesso, confirmando a ausência total de resíduos de agrotóxicos na água. A Vazão Ecológica do Rio Cubatão em abril de 2026 registrou 9.450 litros por segundo, um volume significativamente superior ao mínimo necessário para a preservação da vida aquática. O IQA apresentou 70,63, categoria considerada boa. O Rio Piraí apresentou Vazão Ecológica de 521 L/s e IQA 74,32, também considerada categoria boa. A Conselheira Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT, inquireu se houve interferência na coleta do mês de fevereiro em razão das fortes chuvas na região. Daiane esclareceu que as chuvas de fevereiro impediram o acesso às estações, portanto a coleta de alguns parâmetros foi realizada em março, garantindo que o relatório final não ficasse com lacunas técnicas. Daiane convida a Conselheira Patricia Helena Eggert Karnopp, da CAJ para promover o pagamento simbólico de PSA, a qual cumprimenta a todos, e iniciou o ato de premiação expressando sua satisfação em apresentar os avanços do programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), destacando, que com cinco anos de existência e 36 manifestos de

interesse assinados, o programa alcançou uma consistência superior a outras iniciativas similares na região de Joinville. Para fortalecer a governança, realizar diagnósticos e estruturar projetos em todas as bacias de captação (Piraí e Cubatão), o município contratou a empresa especializada Agua & Solo, reafirmando o compromisso com o abastecimento hídrico sustentável da cidade. Patrícia celebrou com entusiasmo a entrada do Grupo HACASA/ CISER, a primeira grande pessoa jurídica a aderir formalmente ao programa. O representante da empresa, Marcelo Nunes, recebeu o pagamento simbólico e declarou o orgulho da Corporação em validar a seriedade da iniciativa, revelando que os três imóveis inicialmente cadastrados são apenas o começo, pois a empresa possui mais 15 propriedades rurais em processo de estudo, totalizando mais de 2 mil hectares que serão destinados à preservação integral. Patrícia ressaltou e parabenizou publicamente a Conselheira Daiane Paul, atribuindo-lhe o "resultado maravilhoso" e a expansão do interesse dos proprietários rurais diretamente ao seu comprometimento e dedicação diária na condução do programa, sendo agraciada com calorosos aplausos da Plenária. O Presidente Jovita indaga se determinado possessor que tenha um documento que comprove a ocupação mansa e pacífica da área, que não seja a matrícula, pode se candidatar ao processo de adesão; no que Daiane esclareceu, que o programa não exige o domínio legítimo ou a matrícula definitiva do imóvel; diante da realidade das áreas rurais, compostas massivamente por contratos de compra e venda ("contratos de gaveta"), os posseiros também podem aderir ao PSA. Para viabilizar o pagamento legal a quem não possui a escritura, a equipe técnica realiza uma investigação documental detalhada da cadeia sucessória do terreno, inclusive verificando certidões de óbito de antigos ocupantes. Uma vez comprovada a posse mansa e pacífica, o instrumento do PSA é liberado, gerando renda e assistência técnica para o agricultor. Jovita salientou que essa é uma informação valiosa que precisa ser amplamente divulgada no âmbito da APA da Serra Dona Francisca para acelerar a adesão de novos protetores rurais. Sem mais manifestações encerra esta pauta passando para o próximo item. **Pauta 3) Sebrae - ALI Rural:** O Presidente Fábio Jovita convida o Conselheiro Josimar Neumann, da SDE.UDR para condução desta pauta, o qual cumprimenta a todos, e iniciou seu pronunciamento destacando que nos últimos 45 dias, desde a reunião de março do ano em curso, prestou orientações e acompanhou 5(cinco) processos de produtores locais para integrá-los às diretrizes do novo Plano de Manejo. Josimar enfatizou a importância de conectar as diferentes instituições que atuam no território da APA, como a própria UDR, a Epagri, e o Sebrae para oferecer aos proprietários rurais um ecossistema completo de apoio técnico e gerencial, salientando que a vinda do Sebrae ao Conselho, após uma primeira apresentação no Conselho de Desenvolvimento Rural, visa democratizar o acesso às ferramentas que viabilizam a sobrevivência financeira do produtor dentro de uma área de restrição ambiental. Josimar defendeu que uma política de preservação isolada não prospera. O modelo ideal une o reconhecimento financeiro pela conservação, promovido pelo Pagamento por Serviços Ambientais da CAJ, e ao fomento do negócio rural, promovido pelas consultorias do Sebrae. O município dispõe de assistência técnica robusta por meio da UDR e da Epagri. A chegada do Sebrae complementa essa rede, focando em inovação, eficiência de mercado, e fortalecimento do turismo rural e da agricultura familiar. Para alcançar o desenvolvimento sustentável da região o município precisa unir dois pilares: a preservação ambiental, já incentivada pelo Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) da CAJ e o fortalecimento econômico das propriedades. Josimar passa a palavra para o representante do SEBRAE, Júlio Cesar da Silva, para apresentação deste item, o qual cumprimenta a todos e inicia sua exposição, expondo a realidade e as metas do projeto na região, mencionando que o Sebrae projeta atender 1.100 propriedades rurais na região, oferecendo ferramentas e consultorias para modernizar a gestão e aumentar a rentabilidade dos produtores rurais e do turismo familiar. Embora o projeto tenha sido iniciado no ano passado ocorreu baixa aceitabilidade e adesão por parte dos produtores de Joinville, fato este atribuído à falta de divulgação e ao desconhecimento sobre o programa. Desta maneira o Sebrae recorreu ao Conselho da APA e às lideranças locais da UDR e da Epagri para que atuem como pontes. Como os Conselheiros estão "na ponta" e conhecem a comunidade rural, foram instados a auxiliar na identificação de proprietários aptos a se beneficiarem com o projeto de inovação. Prosseguindo, Júlio detalhou o funcionamento prático do ALI Rural (Agentes Locais de Inovação), definindo-o como um programa de inovação desenhado sob medida para aumentar o faturamento ou reduzir os custos de produção das propriedades rurais. O público alvo engloba produtores rurais, donos de agroindústrias e qualquer empreendedor que faça parte da cadeia de valor do agronegócio e do turismo rural e que deseje modernizar seus processos, controles gerenciais, e estratégias de marketing. O programa tem duração de 12 meses e é composto por 12 encontros, dos quais 10 são consultorias individuais realizadas diretamente na propriedade do produtor e dois são encontros coletivos para troca de experiências e parcerias entre os participantes. Júlio demonstrou que o programa inicia com um questionário de 40 perguntas para gerar um diagnóstico visual em formato de "gráfico radar". Essa ferramenta avalia cinco eixos críticos da propriedade: controles gerenciais, processos produtivos, *marketing* e vendas, sustentabilidade e modernização, permitindo criar um Plano de Ação personalizado para expandir os resultados até as extremidades do gráfico. Os principais benefícios incluem a organização financeira, o conhecimento profundo do cliente e a abertura de oportunidades para o desenvolvimento de novos produtos. O programa também incentiva a participação em feiras e a cooperação comercial entre os próprios produtores da comunidade para agregar valor aos produtos locais; o programa é 100% gratuito e o consultor desloca-se até o campo nos melhores horários para atender o agricultor. Na sequência Júlio promoveu a exibição do depoimento em vídeo de uma produtora de queijos artesanais, que relatou como o programa ALI Rural transformou sua propriedade, abrindo um "leque de opções" para o seu negócio familiar. Com o auxílio do consultor do Sebrae foi estruturada uma conta profissional no *Instagram*, o que triplicou o número de clientes e escoou toda a sua produção de queijos. Motivada pelos resultados operacionais e de *marketing*, a produtora supra anunciou o plano de expandir suas atividades para o turismo rural. Júlio utilizou o exemplo para enfatizar que o sucesso do programa depende da mentalidade do agricultor, que deve estar genuinamente aberto a mudanças gerenciais e operacionais, e encerra sua exposição recebendo uma salva de palmas da Plenária, colocando-se à disposição para eventuais esclarecimentos. Conforme a exposição de Júlio, indicando que as vagas são limitadas existindo no momento 16 em aberto, o Presidente Jovita indaga até quando se estende o período de inscrição para o projeto; Júlio

esclareceu que já existe uma turma em andamento e a próxima acontecerá no próximo mês de agosto. No entanto, no ciclo anterior houve baixa adesão em Joinville, sendo registradas apenas quatro inscrições. Devido à baixa aceitabilidade local o Sebrae precisou redirecionar o foco das consultorias para municípios vizinhos, como São Bento do Sul, onde a aceitação e a procura dos agricultores foram massivas; para conhecer o prazo de inscrição deve-se acessar o *site* do SEBRAE para visualizar o edital vigente ou procurar a Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR) de Joinville, a qualquer momento, para manifestar interesse e deixar seus dados cadastrados. Jovita questiona se a iniciativa é exclusiva de Joinville ou se já foi testada em outras localidades; Júlio esclarece que Joinville não é o projeto piloto e que o programa já possui um histórico de aplicação em municípios com maior atividade rural. O Gerente da SDE.UDR, Luiz Carlos Moreira da Maia assevera que o prazo de inscrição funciona em regime permanente por meio da Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR), e menciona que já ocorreram 3(três) “rodadas”, compostas de 16 vagas por cada sessão, e que a UDR fará a divulgação quando da abertura de novas turmas. Jovita indaga se o projeto seria restrito a empreendedores ativos ou aberto a quem deseja iniciar um negócio; Júlio esclarece, que o projeto destina-se a aos produtores rurais que já estejam desenvolvendo a atividade. Josimar reforça que o programa opera como uma consultoria de gestão de negócios gratuita para o produtor rural, com o objetivo de fazê-lo enxergar a propriedade como uma empresa; o foco não é a orientação técnica da produção, papel este que cabe a outras entidades mencionadas como a EPAGRI e a UDR, responsáveis por treinamentos específicos de cada atividade. O Presidente Jovita solicitou que o Sebrae e a UDR emitam um alerta formal ao Conselho da APA assim que a nova turma for oficialmente aberta. O objetivo é mobilizar os Conselheiros como multiplicadores nas comunidades para facilitar o acesso dos produtores locais às vagas disponíveis. Sem mais contribuições o Presidente Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) SIMGeo - Capacitação:** O Presidente Fábio Jovita convida para apresentar esta pauta o Coordenador Jorge Luis Araújo de Campos, da SAMA.UGA o qual cumprimenta a todos, e inicia sua exposição discorrendo sobre o funcionamento e as diretrizes do SIMGeo - Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas, detalhando sua estrutura operacional e os cuidados com a segurança da informação. Jorge esclarece que a plataforma vai além da *interface* visível de mapas, englobando todo o ciclo de geoprocessamento que compreende desde a coleta inicial da informação e o tratamento do dado até a sua disponibilização final ao usuário, pontuando que sua atuação se concentra exclusivamente na etapa inicial de alimentação do banco de dados, lidando com telas complexas de publicação. Em contrapartida a responsabilidade pela camada estética, visualização, e formatação dos gráficos como barras e hachuras, pertence à SEPUR - Secretaria de Planejamento Urbano. Embora cada Secretaria Municipal possua o seu próprio núcleo de geoprocessamento, o núcleo da SEPUR atua de forma centralizada, coordenando as demais equipes e definindo quais camadas de informação geográfica serão liberadas para visualização pública, abordando os critérios de governança de dados e conformidade legal da ferramenta. Jorge ressalta a rigorosa observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo que informações pessoais e documentos como CPFs sejam filtrados e retidos, jamais sendo expostos na plataforma de consulta pública. Como exemplo prático cita o recente contrato de atualização do zoneamento da Área de Proteção Ambiental (APA), cujo escopo não envolveu o levantamento de dados nominativos, reforçando que qualquer dado sensível passaria por triagem antes da publicação; as ferramentas práticas de navegação, indicam que o primeiro passo para o usuário consiste em realizar uma busca de localização, Pesquisa Urbanística, funcionalidade voltada prioritariamente para o perímetro urbano. Jorge prossegue demonstrando as funcionalidades do sistema cartográfico com foco nas ferramentas de aproximação, organização de dados e mapeamento ambiental, e esclarece que no momento, a ferramenta de pesquisa detalhada de lotes está restrita ao perímetro urbano. Contudo existe a possibilidade de atualizar os dados dos lotes rurais em um contrato futuro. A busca na plataforma pode ser realizada por lotes, ruas, ou coordenadas geográficas, e que o nível de detalhamento visual aumenta conforme o usuário aproxima o *zoom* na tela, o que habilita progressivamente os grupos de camadas. Jorge frisa que quando insere os dados diretamente no *software ArcGIS*, Sistema de Informação Geográfica em seu computador, ocorre a atualização em tempo real a *interface* pública do portal *WebGIS*, Sistema evoluído de Informações Geográficas. Ao abrir o menu e selecionar a camada de "meio ambiente", sua área específica de atuação, este sistema demonstra a necessidade de configurar a transparência das informações; é como colocar um livro sobre um lápis para ilustrar a lógica do sistema: elementos pontuais devem ficar no topo, seguidos por feições de linha, como a hidrografia, e por último os polígonos de área, garantindo que nenhum dado bloqueie a visualização do outro. Jorge menciona a interação com os dados ambientais e os recursos de consulta e exibição da tela, detalhado o funcionamento da "tabela de atributos", que lista os dados visíveis no mapa, e do recurso de *pop-up*, caixas de diálogo que aparecem na tela do computador; ao clicar em uma linha de hidrografia com o *pop-up* ativo, abre-se uma caixa de diálogo contendo o histórico do rio, nascentes e informações sobre tubulação e dados de diagnósticos socioambientais em áreas urbanas consolidadas, funcionando como a integração entre uma planilha de *Excel* e o mapa; é aconselhável a utilização das setas de navegação da caixa de diálogo, para alternar entre as informações sobrepostas do lote e as características do curso d'água após a aplicação do *zoom*. A plataforma funciona de forma automatizada: sempre que um processo de alteração hidrográfica é aprovado e modificado internamente, os dados, incluindo eventuais ressalvas técnicas, são replicados imediatamente para o portal público. Além do meio ambiente é detalhada a participação de outras pastas municipais alimentando o sistema. A SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura Urbana, por exemplo, responde por dados críticos como linhas de alta tensão e redes de esgoto, enquanto outras camadas agregam informações de topografia, Defesa Civil, Patrimônio Histórico, Saúde, Educação e Assistência Social. Referente à modernização da plataforma e seus recursos interativos de manipulação gráfica, as ferramentas de desenho e medição, permitem ao usuário delimitar uma área diretamente na tela para calcular superfícies e comprimentos de linhas, facilitando o registro de eventos geográficos. O SIMGeo superou obsolescências tecnológicas severas, relembrando que há cerca de dois anos o sistema sequer era compatível com dispositivos móveis, sendo que uma nova *interface* com mais funções será lançada nos meses seguintes. Outra evolução apontada é a interoperabilidade com *softwares* externos, possibilitando que o cidadão importe

arquivos em formato *KML*, gerados no *Google Earth*, diretamente para o ambiente virtual do município. Prosseguindo, Jorge descreve a aplicação prática da ferramenta de "Pesquisa Urbanística" por meio de uma simulação ao vivo. Ao selecionar um lote no bairro Saguau por meio da inscrição imobiliária, o sistema gera um relatório automatizado sobre o imóvel. A ferramenta identifica instantaneamente que o lote está situado na zona SA02 e no macrozoneamento AUAP, além de calcular sua área exata e verificar condicionantes como faixas de domínio viário, proximidade de rios, nascentes, Unidades de Conservação, Zonas de Amortecimento ou manchas de inundação. Jovita ressalta que o projeto piloto desta funcionalidade, após a futura inclusão dos lotes rurais, qualquer cidadão poderá consultar autonomamente o gabarito urbanístico completo de seu imóvel, abrangendo desde a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento até a lista de atividades econômicas e logísticas permitidas para o local. Jorge prossegue expondo a demonstração das camadas de zoneamento vinculadas ao novo Plano de Manejo, detalhando os desafios técnicos de usabilidade do sistema e a interação colaborativa entre os participantes, reforçando que a consulta segue a mesma lógica dos recursos anteriores, baseando-se na ativação de *pop-ups* ou na visualização da tabela de atributos, no entanto, destacando a importância prática da ferramenta de ajuste de transparência, em face das limitações operacionais da plataforma e a necessidade de interlocução com a equipe gestora do sistema, exemplificando que, para alterar a opacidade de um elemento, é obrigatório subir até o título do grupo principal de "meio ambiente" e aplicar a configuração de forma aglutinada a todos os temas contidos nele. O incômodo dessa dinâmica requer controles de transparência individuais e mais flexíveis para cada tema específico, pois a infraestrutura tecnológica atual do portal é rígida e de difícil customização, adiantando que pretende levar essa sugestão de melhoria aos técnicos da SEPUR - Secretaria de Pesquisa e Planejamento Urbano, área responsável pelas permissões e configurações avançadas do sistema. Jovita indaga a possibilidade de deixar fixo o Plano de Manejo na tela; no que Jorge esclareceu que sua atuação se limitou a deletar a versão cartográfica antiga e sobrepor o arquivo atualizado após a aprovação do Plano de Manejo, especificamente neste caso por tratar-se de uma atualização. Jorge finaliza sua explanação demonstrando como ajustar os comandos de aproximação, cliques na tela e a ativação de camadas. Jovita agradece publicamente o suporte e solicita a Jorge a inclusão final da legenda do mapa para consolidar o entendimento dos Conselheiros sobre o zoneamento exibido, dando por encerrada a explicação metodológica de navegação na tela. Jovita sintetiza o encerramento da capacitação prática sobre o SIMGeo, orientando os Conselheiros sobre como contornar as limitações temporárias dos dados rurais e explicando os critérios técnicos de precisão hidrográfica da plataforma. Embora o objetivo principal de ensinar a abrir o portal e ativar as camadas tenha sido cumprido, a ausência de um mapeamento definitivo de lotes rurais exige uma solução alternativa imediata. Para localizar um imóvel no perímetro rural e verificar suas interferências ambientais, como a presença de corpos hídricos ou o enquadramento na chamada "zona de produção", orienta que o usuário extraia as coordenadas de latitude e longitude diretamente do *Google Maps* e insira no campo de busca do SIMGeo, que redirecionará a tela exatamente para o ponto desejado; novas atualizações estão em desenvolvimento e que os técnicos Jorge e Josimar permanecem à disposição para sanar dúvidas da plenária. Concernente aos limites metodológicos do levantamento hidrográfico oficial do município, Jovita esclarece que a base cartográfica de rios e nascentes, atualizada pela última vez em 2018, foi gerada em uma escala de 1:1.000 de forma remota, baseando-se em modelos de relevo e dados preexistentes de bacias hidrográficas, sem validação generalizada em campo. Por essa razão, adverte que a localização plotada na tela pode não corresponder com precisão absoluta à realidade geográfica do terreno. Para ilustrar o problema, aponta na tela um exemplo de curso d'água que sofreu um processo de descaracterização da bacia original, destacando que a equipe de Jorge analisa continuamente essas divergências através de procedimentos administrativos específicos, integrados ao processo de licenciamento ambiental, permitindo que os proprietários solicitem revisões e contestações caso identifiquem inconsistências em seus imóveis. Jovita orienta o técnico Jorge a projetar o *site* da Prefeitura para demonstrar o passo a passo e a lista de documentos necessários para formalizar pedidos de atualização de base hidrográfica, e exorta os presentes que se inscrevam em uma lista para organizar a rodada final de perguntas. Jovita detalha as orientações finais sobre como formalizar o pedido de revisão da base hidrográfica municipal e os critérios legais permitidos para contestação; por meio da navegação na página da Prefeitura, o acesso à Carta de Serviços e ao canal de protocolo digital. O serviço de atualização da base de dados é inteiramente gratuito, custeado pelos impostos municipais. O embasamento legal para o requerimento é fundamentado na Instrução Normativa nº 04, instituída em 2022, que integrou o procedimento ao licenciamento ambiental e agora permite a abertura de um processo autônomo de revisão. Existem três tipos específicos de questionamentos que o cidadão ou produtor rural pode formalizar com base na normativa: o primeiro, diz respeito ao posicionamento incorreto de um corpo hídrico ou nascente; o segundo, envolve a classificação e o traçado de trechos de rios tubulados e o terceiro refere-se à contestação da própria existência da nascente ou curso d'água, quando o mapeamento indica um rio onde há apenas uma vala de escoamento pluvial temporário, sem fluxo contínuo. Jovita reforça que a administração municipal reconhece que a base cartográfica original não foi feita *in loco* e, por isso, está aberta às constantes retificações. Para que o processo seja analisado pela equipe do técnico Jorge, exige-se a juntada de documentos obrigatórios, como croqui georreferenciado, fotos também georreferenciadas e a respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, assinada por um profissional habilitado, portanto, se a documentação estiver livre de inconsistências, os processos são atualizados diretamente no gabinete pela equipe técnica. A Conselheira Samille Mara Perozin, da SAS - Secretaria de Assistência Social, questiona as ferramentas de filtragem do sistema, buscando saber se é possível isolar e selecionar a visualização da rede hidrográfica limitando-se apenas a bairros específicos da cidade, haja vista não ter conseguido visualizar no SIMGeo, a representação gráfica de um bairro específico. Jorge sugere o uso do QGIS, uma ferramenta de geoprocessamento indicada para quem possui demandas diárias de gestão geoespacial, colocando-se à disposição, mediante visita ao setor de geoprocessamento, para entender melhor as necessidades do usuário, destacando que essa troca gera aprendizado mútuo. Jovita pontua que, caso o sistema SIMGeo não forneça a informação necessária, é possível fazer um pedido diretamente ao Jorge, que pode montar o arquivo no *ArcGIS* e entregá-lo pronto, se a prática

de trabalho do profissional exigir constantemente essa relação dos espaços com os bairros. Jorge sugere o uso do *QGIS*, uma ferramenta de geoprocessamento indicada para quem possui demandas diárias de gestão geoespacial, colocando-se à disposição, mediante visita ao setor de geoprocessamento, para entender melhor as necessidades do usuário, destacando que essa troca gera aprendizado mútuo. Jovita pontua que, caso o sistema SIMGeo não forneça a informação necessária, é possível fazer um pedido diretamente ao Jorge, que pode montar o arquivo no *ArcGIS* e entregá-lo pronto, se a prática de trabalho do profissional exigir constantemente essa relação dos espaços com os bairros. O participante Romildo Quandt, acompanhado de sua esposa Alvanete Ersching Quandt, questionaram o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita sobre a autorização de construções em cima de nascentes e em áreas de APP. O Presidente respondeu que a Secretaria de Meio Ambiente não aprova esse tipo de edificação, pois se trata de prática ilegal. Diante da resposta, Alvanete se manifestou gesticulando que supostamente poderiam estar ocorrendo liberações irregulares mediante a concessão de alguma vantagem pessoal. O Presidente do Conselho, que também exerce o cargo de Secretário de Meio Ambiente respondeu de forma enfática, convicto da inexistência de quaisquer práticas inusuais ou irregulares em qualquer repartição da atual gestão pública. A Conselheira Gertrudes, da ACR ponderou que denúncias de irregularidades devam ser feitas nos canais para este fim, os quais devem ser de ampla divulgação. Sem mais manifestações, o Presidente Fábio Jovita, encerra esta pauta passando para o próximo item. **5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** Junho Verde - Plenária Conjunta em 03/06/2025 às 9h30, na ACIJ; Plano Manejo APA, Josimar; Marli Sacavem: a) Frequência das entidades; b) Grupo de *Wattsapp* da Plenária; c) Desassoreamento pontos críticos rios CUBATÃO e QUIRIRI. O Presidente Fábio Jovita abre esta pauta passando a palavra à Conselheira Pryscilla Menarin Dzazio, da SAMA.UGA a qual cumprimenta a todos, e inicia sua exposição mencionando que a agenda "Junho Verde", consiste numa série de ações e atividades desenvolvidas pela Unidade de Gestão Ambiental alusivo ao Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, e a Lei Ordinária Municipal n.º 9.900/2025 que institui o "Mês Junho Verde", destinado à promoção de ações voltadas à conscientização, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. O objetivo é criar uma agenda colaborativa através de um chamamento público. Para tanto foi disponibilizado nos canais de comunicação da Prefeitura um formulário para inscrição das atividades até o dia 10 de maio, inclusive no grupo *Whatsapp* do Conselho. Todas as Entidades podem participar, independente se já desenvolvem atividades de educação ambiental ou não, pois a equipe da educação ambiental da SAMA estará orientando nas ações e disponibilizando materiais como mudas de árvores nativas por exemplo, e para maiores informações podem contactar o setor de Unidade de Conservação da SAMA. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da APROÁGUA questiona que algumas Entidades estão com repetidas faltas nas reuniões, e em contrapartida outras Entidades estão manifestando interesse em participar do Conselho, como a Caminhos Dona Francisca, AJAAR - Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais, e Associação dos Moradores da Estrada Quiriri. Marli sugere que à luz do Regimento vigente, seja efetuada a renovação das entidades faltosas, conforme entendimento e aprovação dos Conselheiros. O Conselheiro Vanderlei Monteiro, da APROÁGUA mencionou que por iniciativa da Aproágua em conjunto com a UDR e a SAMA está sendo desenvolvido um trabalho para resolver a questão da ligação de energia elétrica na APA Serra Dona Francisca. A resolução 1000 da ANEEL orienta que a concessionária (CELESC) só pode fazer a ligação de energia elétrica em Unidades de Conservação com a autorização do Órgão Gestor da Unidade de Conservação, no entanto o Órgão Gestor ainda não dispõe desse mecanismo, o qual encontra-se em fase de estudo, e após sua conclusão será apresentado para apreciação deste Conselho. Na sequência, a Conselheira Marli Sacavem aborda o tema referente ao desassoreamento dos pontos críticos nos rios Cubatão e Quiriri, que será analisado por meio de uma Comissão de estudos que em primeira reunião, contou com a participação dos representantes do Gabinete de Governo, Vereador Neto Petters, Aproágua, AMEM Mildau/ Morros, SEINFRA, e da Empresa Hübener. A segunda reunião contou com o Engenheiro Fabiano Lopes de Souza, da SEINFRA, APROÁGUA, AMEM Mildau/ Morros e a Empresa Hübener, quando ocorreram as tratativas concernentes à necessidade de topografia e batimetria a serem realizados pela Hübener. Prosseguindo, Marli ressalta que a terceira reunião foi composta pelo Engenheiro Fabiano, da SEINFRA, APROÁGUA, AMEM Mildau /Morros, SAMA, SEPROT, SDE.UDR, e a Empresa Hübener. Esta etapa dedicou-se ao estudo mais amplo de topografia e batimetria dos rios CUBATÃO e QUIRIRI inclusive seus afluentes, entre a ponte de concreto do rio CUBATÃO na bifurcação com a estrada Covanca e Estrada Quiriri de Cima, e a Ponte Coberta de madeira do Rio Quiriri, e no ponto da bifurcação da estrada Quiriri de Cima com a estrada Quiriri de Baixo. Nesta reunião o foco principal será a elaboração de um relatório histórico das intercorrências de cheias e espraçamento dos referidos rios e o levantamento necessário da topografia, batimetria, e pluviometria mais aprofundado. Em paralelo, ocorrerá uma reunião, no dia 21.05.2026 às 19:30, com a APROÁGUA, AMEM Mildau/ Morros, Associação de Moradores da Estrada Quiriri e a empresa Hübener para entendimento da gravidade do tema e os trabalhos a serem efetuados. Marli salienta que após a conclusão dos trabalhos, os mesmos serão apresentados para deliberação deste Conselho e posteriormente serão enviados à 21ª Promotoria Pública. Referente à regularização de instalação elétrica na APA, acontecerá uma reunião com a participação da UDR e APROÁGUA, e posteriormente ocorrerá uma segunda reunião, ocasião em que será apresentada a proposta de instalação à SAMA, pelo grupo composto pela APROÁGUA, AMEM Mildau/ Morros, Associação de Moradores da Estrada Quiriri; o passo seguinte será uma reunião com a equipe técnica da CELESC, para apresentação e debate da regularização da energia elétrica na APA Dona Francisca. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM Associação Joinvillense de Montanhismo, solicitou prorrogar a data de 10 de maio para cadastrar ações do "Junho Verde", haja vista que o *link* foi compartilhado nessa semana 04/05; no que Jovita esclareceu que esse controle está diretamente sob a responsabilidade da SECOM. Ademir indaga onde ocorrerá o desassoreamento no rio Quiriri e Cubatão; A Conselheira Marli Sacavem asseverou que ocorrerá entre a Ponte do Borba sobre o Rio Cubatão até o encontro dos rios Quiriri e Cubatão, e da Ponte Coberta do Rio Quiriri, próximo da Escola Hubert, até o encontro com o Cubatão. Ademir ressalta que nesse trecho existem três afluentes que trazem muita água da serra, e a somatória deles vai causar muito dano quando da ocorrência de grande precipitação pluviométrica. Ademir questiona se o município de Garuva

participará dos debates acerca do desassoreamento; Marli assegura que na próxima etapa Garuva participará do grupo de estudos. Ademir enfatiza que parte dos rios nascem no território de Garuva, e que é bastante relevante esse trabalho de desassoreamento pois está previsto muita chuva devido ao *El Nino* que em 2026 deve ser um dos maiores, sendo necessárias ações prévias para mitigação dos efeitos por causas naturais. O Conselheiro Nivaldo Fleith Sacavem, da AMÉM Mildau menciona o seu desapontamento com o posicionamento do Conselho, que por vezes parece não entender sua responsabilidade em representar a voz da Comunidade, exemplificando a questão do desassoreamento que desde o ano 2000 até o presente ano de 2026, ainda não articulou uma posição conclusiva referente ao supracitado tema. O Conselheiro Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE, mencionou que existe muitas luminárias apagadas ao longo da Rodovia SC-418, região de Pirabeiraba, tendo ocorrido a substituição de poucas luminárias. O Conselheiro Jonas Pykocz, da SEINFRA Pirabeiraba informou que os atendimentos são efetuados diretamente pela concessionária QLuz Joinville por meio do telefone 0800 4100036, que funciona 24 horas, sendo este o melhor canal para comunicação de ocorrências. O Presidente Jovita, conforme deliberação do Conselho, solicita ao Secretário Executivo José Augusto de Souza Neto que seja enviado um Ofício à QLuz, concessionária responsável pela da iluminação pública em Joinville e arredores, indagando se a região rural nas cercanias de Pirabeiraba, Quiriri e Rio Bonito, estão incluídas no PAC de iluminação, com a troca de postes e luminárias, e se existe algum cronograma ou cadastro, onde as pessoas possam indicar algum local que necessite de instalação de postes ou substituição luminárias apagadas. Sem mais manifestações e não havendo demais contribuições, o Presidente do Conselho da APA Serra Dona Francisca, Fábio João Jovita agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 20h45min, sendo extraída a presente Ata, assinada pelo Presidente do Conselho, após aprovação dos demais Conselheiros.

**Fábio João Jovita**

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

**Marli Fleith Sacavem**

Vice-Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca

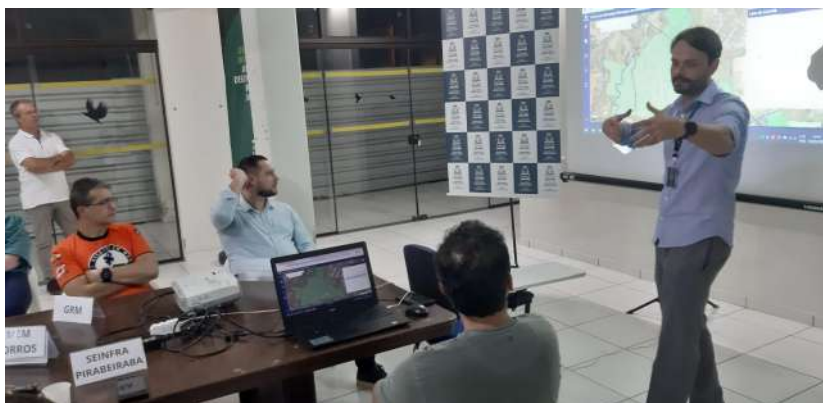
**Guilherme Miozzo da Cunha**

**José Augusto de Souza Neto**

**Luiz Carlos da Silva Seixas**

[SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos](#)

**\*\*A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**







A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29674190** e o código CRC **E62215D2**.

---

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

---

26.0.025057-8

29674190v2